

## BOLETIM 113

Brasília, 02 de maio de 2016

# Perda salarial dispara e atinge 60,2% dos acordos de trabalho

A recessão por que passa o país está pesando fortemente no bolso dos trabalhadores – ao menos os que ainda têm emprego. Segundo os dados divulgados pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) através do “salariometro”, 60,2% das negociações salariais resultaram em reajustes abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no mês de março deste ano. Em março do ano passado, foram 21,7%.

Para tanto a Fipe analisou 581 negociações com início de vigência em março. Destes, apenas 189 trataram de ajustes salariais; dois quais 12 estabeleceram redução de jornada acompanhada de redução de salários, sendo 6 através o PPE (Programa de Proteção ao Emprego) do governo federal, que permite a redução de 10% nos salários com a redução de 20% na jornada de trabalho.

A pesquisa da Fipe também mostrou que os maiores reajustes salariais foram na área de confecção e vestuário, cuja mediana dos reajustes atingiu 1,1%. Já na área de Extração e refino de petróleo, a mediana dos reajustes dos últimos 12 meses ficou em -4,4%.

Ainda segundo o salariometro, o reajuste médio de salários em março de 2016 foi de 8,2%, enquanto o INPC acumulado do período ficou em 11,1%. Em fevereiro o reajuste médio havia sido



7,5%, e o IPCA 11,3%. Se comparados com o mesmo período no ano passado a situação fica ainda pior, porque mesmo que o país já estivesse em recessão, ainda assim os reajustes médios foram 1,5% maiores do que a inflação do período.

Enquanto isso, o desemprego continua crescendo a passos alarmantes. O país terminou março com mais de 118 mil vagas com carteira assinada fechadas, o que representa o pior resultado para o mês em 25 anos. Já são 1 milhão e 850 mil vagas extintas nos últimos 12 meses.

Vale ainda ressaltar que, em condições normais, março é um mês em que acontece recuperação do emprego. “O emprego é muito fraco em dezembro, fraco em janeiro, fraco em fevereiro. Em março ele começa a crescer em anos normais. Esse ano ele diminuiu mais ainda. Então isso está apontando novamente para um ano muito ruim no mercado de trabalho”, diz Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP.

Outro ponto importante, é que o que mais tem pesado no aumento da inflação são os alimentos, que é dos itens mais importantes no que compõe os gastos das pessoas.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Desemprego cresce para 10,9% e atinge 11 milhões de pessoas

A taxa de desocupação atingiu 10,9% no trimestre móvel encerrado em março último, resultado 1,9 ponto percentual acima da taxa de 9% do trimestre fechado em dezembro de 2015 e 3 pontos percentuais a mais que no mesmo trimestre de 2015, quando o desemprego estava em 7,9%. Esta é a maior taxa de desemprego da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012.

Os dados foram divulgados sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população desocupada chegou a 11,1 milhões de pessoas, aumentando 22,2% (2 milhões de pessoas), em relação ao número de desempregados do período imediatamente anterior (outubro a dezembro de 2015).

No confronto com igual trimestre do ano passado, o número de desemprego subiu 39,8%, o que significa um aumento de 3,2 milhões de pessoas desocupadas.

Os dados do IBGE indicam que, no trimestre encerrado em março último, a população ocupada do país estava em 90,6 milhões de pessoas, apresentando uma redução de 1,7%, quando comparada com o trimestre de outubro a dezembro de 2015. Em comparação com igual trimestre do ano passado, houve queda de 1,5% na população ocupada, representando menos 1,4 milhão de pessoas.

*Fonte: Agência Brasil*

## Desemprego na Grande SP em março vai a 15,9%

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,7% em fevereiro para 15,9% em março, informou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema de Análise de Dados (Seade).

A pesquisa revela que o contingente de desempregados em março foi estimado em 1 milhão 750 mil pessoas, 133 mil a mais do que em fevereiro. 127 mil postos de trabalho foram encerrados no período, o que corresponde a 1,4% do total.

A População Economicamente Ativa, estimada em 9 milhões 257 mil pessoas se manteve praticamente estável na passagem de um mês para o outro.

**Indústria** - No estado onde o setor produtivo é o mais desenvolvido do país e tem na região metropolitana da capital um dos seus principais polos, 56 mil postos de trabalho foram eliminados na indústria de transformação de fevereiro para março, uma queda de 4%.

O setor de serviços, sentindo as consequências da quebra da indústria, retraiu 1% e encerrou 57 mil postos. Na construção, 18 mil pessoas ficaram desempregadas, com queda de 2,7% do total da força de trabalho do setor em apenas um mês. No comércio e reparação de veículos a redução foi de 14 mil postos, -0,8% do total.

O rendimento médio real dos trabalhadores ocupados, avaliado de janeiro para fevereiro, caiu 2,2% e o dos assalariados, 1,5%.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Crise atinge Polo Industrial do Amazonas com mais 1.443 empresas fechadas este ano

Nos três primeiros meses de 2016, 1.443 empresas fecharam as portas no Amazonas, informou a Junta Comercial da região, que já fala em “extinção” da indústria do estado. O fechamento de companhias com relação ao mesmo período do ano passado cresceu mais de 159%, de acordo com as informações computadas pela entidade.

Em 2015, o resultado já havia sido assustador: ao todo, 2.998 empresas deixaram de existir no Amazonas. Os números do primeiro trimestre de 2016, no entanto, se aproximam do total dos 12 meses de 2015, sugerindo que este ano será ainda pior.

Resultados divulgados pelas Juntas Comerciais de diversos estados brasileiros demonstram a devastação provocada pela política econômica de arrocho fiscal, desemprego e juros altos do governo Dilma/Temer.

Só em São Paulo, estado mais industrializado do país, foram fechadas 4.451 fábricas em 2015. Em Minas Gerais, um total de 3.965 empresas encerraram suas atividades no ano passado e nos dois primeiros meses deste ano, foram mais 817 empresas, um aumento de 134% com relação ao mesmo período de 2015.

No Espírito Santo, apenas nos dois primeiros meses de 2016, foram 1.354 as empresas atingidas pela crise, um aumento de 52% sobre o ano anterior. No Rio Grande do Norte, mais 504 empresas, um crescimento de 85% no mesmo período.

Dados do primeiro trimestre de Goiás apontam um aumento de 45% nos encerramentos – foram 2.600 companhias.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Dilma anuncia reajuste no Bolsa Família e pacote social no Dia do Trabalhador

A presidenta Dilma Rousseff participou neste domingo (1º) do ato organizado pelas centrais sindicais CUT, CTB e Intersindical no Vale do Anhangabaú, na capital paulista. Dilma anunciou a correção de 5% na tabela do Imposto



de Renda e o reajuste de 9% nos benefícios do Programa Bolsa Família.

De acordo com Dilma Rousseff, essas novidades não devem causar impacto negativo nas contas públicas.

A presidenta anunciou ainda a ampliação da licença paternidade para funcionários públicos de 5 para 20 dias; a contratação de 25 mil moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida Entidades; e a criação do Conselho Nacional do Trabalho, que será formado por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários. Dilma Rousseff antecipou ainda que nesta terça-feira vai lançar o Plano Safra da Agricultura Familiar.

No pronunciamento, Dilma afirmou que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, é responsável direto pelo agravamento da crise econômica.

A presidenta também voltou a chamar de golpe o processo de impeachment contra ela, que está sendo analisado no Senado Federal.

*Fonte: Portal EBC*

## **Programa de Proteção ao Salário mínimo cresceu 77% desde 2002, diz Ministério do Trabalho**

O salário mínimo aumentou 77,18% acima da inflação desde 2002, passando de R\$ 496 (valor atualizado de acordo com a inflação) para R\$ 880 em 2016. Os dados foram divulgados neste domingo (1º) pelo Ministério do Trabalho e

Previdência Social. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a valorização alcança diretamente 48,3 milhões de pessoas, que têm seus rendimentos referenciados no mínimo.

Em 2017, o salário mínimo deve ser reajustado para R\$ 946, conforme a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Somente neste ano, de acordo com Dieese, o reajuste deve injetar R\$ 57 bilhões na economia brasileira.

Em mensagem divulgada hoje, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, diz que a classe trabalhadora teve “direitos importantes melhorados” e ressalta que “este 1º de maio será um dia de luta pela democracia e pelos direitos sociais conquistados”.

“O salário mínimo tem garantido uma política de valorização, que fez com que ao longo desses últimos anos crescesse mais de 80% acima da inflação e por iniciativa da presidenta Dilma [Rousseff], esta política de valorização de crescimento e garantia do salário mínimo, está garantida até 2019. A renda do nosso povo, em média, subiu mais do que 60% acima da inflação. Todos ganharam”, enfatiza o ministro na mensagem.

**Previdência Social** - De acordo com o ministério, a política de valorização do mínimo também impacta diretamente os benefícios da Previdência Social, já que cerca de 70% dos beneficiários recebem o piso – contingente de 22,5 milhões de pessoas. Em dez anos, o valor médio das aposentadorias, por exemplo, já acumula ganho real de 34,7%.

“A Previdência Social ampliou, acolheu mais e mais trabalhadores e trabalhadoras. Em março deste ano, 33 milhões de brasileiros e

brasileiras receberam benefícios sociais.”, afirma Rossetto.

Em 2014, caso os benefícios da Previdência Social não fossem pagos, 26 milhões de pessoas entrariam na faixa da pobreza – e não teria ocorrido uma redução de 13,3% entre os mais pobres. Os dados são de estudo do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014.

“Tivemos um ano de 2015 difícil, nossa economia parou de crescer. Problemas provocados pela crise internacional, problemas internos e por essa artificial e irresponsável crise política não ajudaram em nada o nosso país. Mesmo diante dessas dificuldades, temos que comemorar as nossas conquistas, que foram muitas, temos que trabalhar para que elas sejam preservadas. Não vamos aceitar que interesses políticos, interesses econômicos, que não são os interesses da classe trabalhadora destruam aquilo que foi conquistado com muito trabalho e com muita dedicação”, diz Rossetto.

*Fonte: Agência Brasil*

## Senado vai homenagear Dia do Trabalhador

O Senado fará sessão especial, nesta segunda-feira (2), para homenagear o Dia Mundial do Trabalhador, originalmente comemorado no dia 1º de maio. O pedido foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e apoiado por outros parlamentares.

Foram convidados para a sessão o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos



Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes; a representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Regina Adami; e a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Coordenadora da Marcha das Margaridas, Alessandra Costa Lunas.

Também fazem parte da lista de convidados o procurador geral do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho; e o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), Warley Martins Gonçalves, entre outros.

O Dia Mundial do Trabalhador é comemorado no dia 1º de maio por que nesse dia, em 1886, houve uma grande greve nas fábricas de Chicago, que, na época, já era um grande centro urbano e industrial dos Estados Unidos. Os manifestantes reivindicavam melhores condições de trabalho, pois na época a carga horária de trabalho chegava a 15 ou 18 horas diárias.

*Fonte: Agência Senado*



## Mantida suspensão de benefício previdenciário em face do reconhecimento de má-fé do segurado

A Primeira Turma do TRF1, por unanimidade, negou provimento à apelação de uma segurada contra sentença que reconheceu a existência de má-fé da impetrante ao entregar “documento ideologicamente falso” para a concessão da aposentadoria e a consequente irregularidade na concessão do benefício, por ter apresentado comprovante de vínculo empregatício com uma firma no período de 01/02/67 a 31/12/78, quando ficou provado que a empresa iniciou suas atividades somente em 07/06/78. Com isso, foi mantida a decisão do Gerente Executivo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que cancelou o benefício da segurada.

Em seu recurso, a impetrante alegou que a suspensão do seu benefício se deu sem observância ao devido processo legal. Tal argumento não foi acatado pelo Colegiado. De acordo com o voto do juiz federal Wagner Mota Alves de Souza, relator convocado, a apelante teve asseguradas as “garantias constitucionais de ampla defesa e do contraditório, tendo apresentado defesa escrita e documentos no âmbito do processo administrativo”.

O magistrado adotou como fundamento o reconhecimento por parte do juiz sentenciante de

que houve má-fé da segurada ao não comprovar o efetivo cumprimento do tempo de serviço no período, “não havendo vício a inquinar o ato da autoridade impetrada”. A decisão foi unânime.

*Processo nº: 0008012-20.2005.4.01.3700/MA*

*Fonte: TRF 1ª Região*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**